

## 6º BRASÍLIA SUMMIT

## EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

## ADMINISTRAÇÃO

## Gestão, um desafio nacional

Autoridades e especialistas ressaltam a importância de governança e transparência em evento do grupo Lide e do **Correio**

» VÍCTOR CORREIA  
» ALÍCIA BERNARDES  
» DANANDRA ROCHA

Governança e o controle das contas públicas andam de mãos dadas. Sem elas, não há como o Brasil criar um sistema robusto e implementar mudanças estruturais que contribuam para o seu desenvolvimento, aumento da qualidade de vida e projeção no cenário internacional. Essa é a avaliação das autoridades e especialistas que participaram ontem do primeiro painel do 6º Brasília Summit, evento realizado pelo Lide e pelo **Correio Braziliense**, no Brasília Palace Hotel.

Com passagens pelo setor público e privado, os palestrantes comentaram ainda sobre como as novas tecnologias — especialmente a inteligência artificial (IA) — podem contribuir para aumentar a eficiência dos serviços para a população, bem como os desafios que se desenharam com a continuidade da guerra no Irã, com impacto já presente na sociedade brasileira.

Na abertura do evento, a governadora do Distrito Federal, Celina Leão, comentou a imperiosa necessidade de adotar uma gestão eficiente e eficaz na condução da máquina pública. “O tema de gestão e eficácia talvez devesse ser o critério mínimo para qualquer pessoa disputar um cargo no Executivo. Hoje, nosso país sofre de gestão, em todas as áreas. Quando você participa disso, percebe que o setor público está muito atrasado em relação ao privado, porque não tem planejamento estratégico, não tem eixos prioritários e deixa simplesmente ser engolido pela emergência e pelo dia a dia”, descreveu.

Na avaliação de Celina Leão, é possível reverter essa lógica. “O Estado pode e consegue fazer isso, desde que tenha seriedade e transparência. E consiga ter os eixos estratégicos do que vai desenvolver”. Ela mencionou o trabalho de unificação dos sistemas do GDF, para melhorar a gestão pública. Havia várias secretarias com diferentes sistemas, que não se comunicavam entre si, nem com o cidadão, nem com a gestão. “Para o gestor público, uma tomada de decisão sem dados, é uma grande probabilidade de erro, de ir na contramão da necessidade da população”.

Em sua participação, o presidente do Banco de Brasília, Nelson de Souza, assegurou que a instituição sairá fortalecida da crise. “O BRB não vai quebrar”, garantiu o executivo. E disse que o trabalho de recuperação do banco passa por melhorias na revisão de processos e melhoria da governança. “Eficiência na gestão pública significa isso. Fazer com que cada recurso gere impacto, cada ação tenha propósito e cada instituição cumpra, com excelência, o seu papel na sociedade”, disse.

Presidente do Lide Brasília, Paulo Octávio, disse que o setor produtivo está solidário com o BRB. E ressaltou a importância de se debater a qualidade da gestão no Brasil, particularmente no setor público. “Sessenta por cento dos empreendimentos públicos no Brasil tem algum

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



João Doria e Celina Leão na abertura do 6º Brasília Summit: diálogo entre os setores público e privado para melhorar a administração



Nelson de Souza: eficiência é gerir recursos com impacto positivo

questionamento”, lembrou o CEO do grupo Paulo Octavio. Ao citar dados do Banco Mundial, alertou que “40% de todos os investimentos públicos no país têm desperdício”.

### Governança

O primeiro painel do 6º Brasília Summit avaliou o equilíbrio fiscal como condição essencial para trazer resultados à sociedade. O ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes abriu a sua participação com um diagnóstico direto: “Não vejo esperança sem governança na nação brasileira. Não é possível montar estratégias sem ela”. Para o magistrado, a ausência de mecanismos estruturados de avaliação e monitoramento compromete a eficiência e limita o desenvolvimento do país.

Segundo Nardes, iniciativas isoladas não se sustentam sem um sistema robusto que envolva gestão de pessoas, tecnologia da informação, compras públicas e avaliação de riscos. “A eficiência é uma vitória curta”, afirmou. O ministro lembrou que, em um levantamento

realizado pela Corte de Contas em 2015, apenas três ministérios contavam com instrumentos básicos de avaliação de risco. Desde então, houve avanços importantes, com a criação de indicadores de governança que hoje alcançam centenas de instituições públicas no país. Ainda assim, o ministro destacou que falta integração entre áreas e órgãos, o que chamou de ausência de transversalidade.

Nardes ressaltou a importância da transparência como pilar da governança. Nardes indicou que a resistência a mecanismos de controle ainda é um entrave para o avanço de políticas estruturantes. “Sem indicadores precisos e transparência, não se tomam decisões adequadas”, comentou.

O co-chairman do Lide e ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles destacou a importância do equilíbrio fiscal para o bem-estar da população, especialmente pelo acesso ao mercado de trabalho. “O maior programa social que existe é o emprego”, declarou. “A melhor forma de se criar emprego é o equilíbrio fiscal. Nós temos



Paulo Octávio: desperdício é uma chaga nos investimentos públicos

diversos exemplos disso no Brasil”, acrescentou. Meirelles mencionou os dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando esteve à frente do Banco Central, como exemplos de diálogo entre a política monetária e a austeridade fiscal.

### Impacto da guerra

O chairman do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne), e ex-presidente da Petrobras Jean Paul Prates trouxe à discussão o impacto da guerra no Irã para o Brasil, incluindo para as contas públicas. Em sua avaliação, é preciso pesar os impactos positivos e negativos que a alta do petróleo tem sobre o país. “O Brasil, sim, beneficia-se hoje com o conflito”, pontou, referindo-se ao aumento da arrecadação sobre o setor de combustíveis, incluindo a exportação de petróleo e derivados. “Isso tem permitido que o governo subvencie uma certa barreira, que permite à gente ter um certo limite de estabilidade do preço interno. Mas temos, sim, efeitos negativos,

porque, de alguma forma, há impacto no preço dos combustíveis, alguns oportunistas, alguns reais”, acrescentou Prates.

O secretário da Fazenda e Planejamento de São Paulo, Samuel Kinoshita, fez uma avaliação do cenário atual das contas públicas. Argumentou que há uma compressão constante dos gastos discricionários, o que dificulta ainda mais o planejamento e execução de políticas públicas. “É uma verdade nacional. Acontece na União, nos estados e nos municípios”, frisou. Para o secretário, o desafio é criar espaço fiscal para investimentos, especialmente em infraestrutura, sem ampliar a carga tributária, considerada elevada para um país de renda média.

Apesar do diagnóstico de restrição, Kinoshita adotou um tom otimista. Destacou o “altíssimo potencial” do país e afirmou que, com ajustes pontuais e destravamento de agendas econômicas, é possível acelerar o crescimento e aproximar o Brasil das economias mais avançadas. Citou como exemplos ações adotadas em São Paulo, como a redução do contencioso tributário

por meio de mecanismos de incentivo à resolução de conflitos e a ampliação da transparência sobre benefícios fiscais.

Também destacou avanços na avaliação de políticas públicas, com apoio de instituições externas e capacitação técnica das equipes. Outro eixo mencionado foi o controle de despesas de custeio, com revisão contínua de gastos que tendem a crescer de forma automática ao longo do tempo. A estratégia, segundo ele, busca abrir espaço no orçamento para investimentos estruturantes.

### Tecnologia

Para avançar na administração pública, a redução de despesas deve estar aliada à tecnologia. O CEO da X-VIA Group e head do Lide Inteligência Artificial, Hugo Leahy, defendeu que o desafio atual dos governos está em superar sistemas isolados, processos lentos e a baixa capacidade de antecipação das demandas da população.

Leahy destacou que a inteligência artificial, aliada à interoperabilidade de dados e ao governo digital, pode transformar a relação entre Estado e cidadão. De acordo com o executivo, a integração entre áreas como saúde, educação, fazenda e assistência social permite decisões mais rápidas e eficazes, além de ampliar a transparência e o acesso aos serviços públicos. Ele citou exemplos de uso em estados como Mato Grosso e Espírito Santo, onde tecnologias foram implementadas para facilitar o acesso da população a serviços públicos, inclusive por meio de totens de atendimento em locais com baixa conectividade digital.

Outro ponto destacado foi o impacto da tecnologia no trabalho do servidor público. “A inteligência artificial organiza o caos informacional, apoia decisões e melhora o atendimento ao cidadão”, disse Leahy. “A tecnologia é o meio, mas o cidadão precisa ser o fim”, concluiu.

A especialista em compliance, gestão de riscos e controles internos Marisangela Mattia, por sua vez, foi além da tecnologia e destacou a necessidade de decisões inteligentes por parte dos administradores. Comparando as gestões pública e privada, ela citou a importância de planejamento estratégico, definição clara de responsabilidades e coordenação entre diferentes órgãos, especialmente em políticas públicas complexas.

Mais um destaque da apresentação foi a gestão de riscos. “Hoje, muitas lideranças ainda estão focadas em apagar incêndios, olhando para problemas já concretizados, quando deveriam estar se preparando para riscos futuros”, argumentou. Para ela, risco é a possibilidade de eventos que podem impactar objetivos, e sua análise permite reduzir danos ou evitar prejuízos.

Ao concluir, Mattia reforçou que o desafio atual não é apenas executar melhor o orçamento, mas decidir melhor antes de gastar. “O equilíbrio fiscal não depende só de arrecadar mais ou cortar despesas, mas de evitar decisões que geram custos permanentes sem retorno à sociedade”, disse a especialista.

**Leia mais sobre Celina Leão e o BRB na página 14**



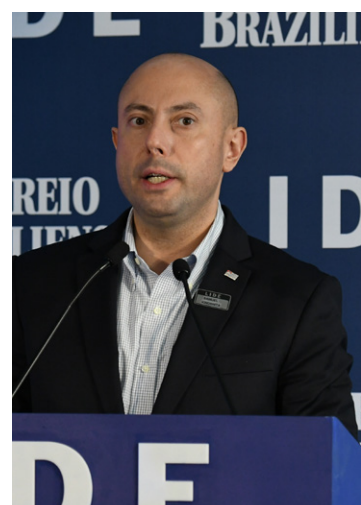
Henrique Meirelles: equilíbrio fiscal permite gerar emprego



Augusto Nardes: não é possível ser estratégico sem governança



Jean Paul Prates: guerra no Irã tem efeitos positivos e negativos



Samuel Kinoshita: é essencial criar espaço para investimentos



Hugo Leahy: IA muda a relação entre o Estado e o cidadão



Marisangela Mattia: líderes focados em apagar incêndios